

**CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**  
**ATA DA QUADRAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**1995/1999**

Nos dias cinco e seis de julho de um mil novecentos e noventa e cinco, na sala de reuniões do Conselho Nacional de Saúde, realizou-se a Quadragésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde. Aberta a Reunião pela Dra. Fabíola de Aguiar Nunes, Coordenadora Geral do Conselho Nacional de Saúde. Item 01 - RELATÓRIO DOS ENCONTROS MACRO REGIONAIS DA SAS/MS COM AS COMISSÕES INTERGESTORES BIPARTITES - O Dr. Eduardo Levcovitz, Secretário de Assistência à Saúde/MS, iniciou sua apresentação informando que os vários documentos apresentados traçam o perfil da situação em que se encontram os Estados. Para definir as prioridades, a questão orçamentária teria que ser considerada, mas que os Estados deveriam se manifestar através das Comissões Bipartites. Comentou os objetivos dos Encontros Macro-Regionais, dizendo que seriam uma nova oportunidade de diálogo da SAS/MS com as Bipartites; melhor caracterizar o modelo de gestão da assistência definida por Estado; aprofundar o diagnóstico sobre o sistema de controle e avaliação; desencadear a segunda etapa do processo de programação e estabelecer cronograma, dentre outros. Os conselheiros fizeram algumas considerações. A conselheira Margareth questionou o que consistiria o item prioridades de investimentos. O Dr. Eduardo informou ser recuperação de unidades, pois construção estaria excluída. O conselheiro Omilton perguntou como as ações na ponta seriam controladas. O Dr. Eduardo disse que tanto a programação, quanto o controle estão desorganizados, porém essa proposta, compete ao Município controlar as ações na localidade, ao Estado, os Municípios e ao Governo Federal, o conjunto, destacando que a programação seria ascendente e o controle descendente. A conselheira Margareth informou ao Plenário que teria informações sobre Neoplasmas e gostaria de apresentá-las. Iniciou dizendo que no ano de 1994, o Ministério da Saúde gastou 81 milhões de reais com homens e 116 milhões de reais com mulheres. E que 25% dos gastos com mulheres foi consequência de miomas, portanto o Ministério gastou muito mais com internações com miomas do que com câncer. Questionou a utilização dos recursos. O Dr. Eduardo informou que os recursos gastos com programa do câncer, foram muito além do apresentado, pois os gastos com quimioterápicos não estavam incluídos na exposição da conselheira. Ao que a conselheira Margareth replicou que gostaria de ver situações como estas com maior visibilidade no orçamento. Item 02 - EXPOSIÇÃO SOBRE O FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES INTERSETORIAIS E TÉCNICAS DO CNS - A Dra. Lúcia, Coordenadora Técnica da Coordenação Geral do CNS, referiu-se ao controle social nas ações governamentais como requisito essencial na construção do SUS, através de instâncias colegiadas como a Conferência de Saúde e o Conselho de Saúde. Disse que os Conselhos são órgãos permanentes, de deliberação coletiva, explicando sobre formas de análise das matérias submetidas aos mesmos, quando utilizá-las e as maneiras pelas quais os Conselhos devem se manifestar. Em seguida fez um breve histórico das Comissões existentes mostrando o esquema comum proposto pela Coordenação Geral do CNS para seus relatórios de avaliação. Item 03 - RELATÓRIO DAS COMISSÕES INTERSETORIAIS E TÉCNICAS DO CNS - Mesa Nacional de Negociação - O relatório foi apresentada por Maria Cristina Costa, membro da equipe técnica do Conselho Nacional de Saúde. Iniciou relatando que a Mesa Nacional foi criada em 1993, através da resolução 52/93 do CNS, com o objetivo de estabelecer fórum permanente de negociação entre empregadores do SUS, composta por vinte e dois membros, sendo onze empregadores públicos e onze representantes das entidades sindicais do setor. Aprovou como pauta permanente da discussão, salário, jornada de trabalho, carreira de saúde, conquistas e direitos sindicais de gestão de Recursos Humanos. Os principais trabalhos realizados: regimento interno, não aprovado, minuta de portaria sobre situação dos servidores do ex-INAMPS, não aprovado e resolução 111/93 que aprova a implantação de

mesas municipais e estaduais de negociação. - Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição - CIAN - Criada pela Resolução no. 11 de 31.10.91. O Coordenador, Dr. Bertoldo K. Grande de Arruda, apresentou o relatório da Comissão, no qual destacou as características demográficas e epidemiológicas do país; o sinergismo entre a desnutrição, as carências nutricionais e as infecções; o compromisso assumido pelos sucessivos governantes com vários Organismos Internacionais, no sentido de combater a desnutrição e seus agravos. Destacou ainda, as competências do INAN: a) assistir o governo na formulação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição; b) elaborar proposta ao Presidente da República sobre o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN, para promoção de sua execução, supervisão e fiscalização e implementação, com avaliação periódica dos respectivos resultados; c) funcionar como órgão Central das atividades de alimentação e nutrição. Comentou que, para o INAN atuar de forma gil, flexível e eficiente é imprescindível seu fortalecimento técnico e político. Sugeriu que o CNS recomendasse ao Ministério da Saúde que assumisse imediatamente suas competências constitucionais e legais de formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição. Recomendou que este Colegiado decida pelo fortalecimento técnico e institucional do INAN, e como trabalho destacou à aprovação da Resolução sobre Política Alimentar do Lactente. O Plenário aprovou a Moção de apoio, pelo fortalecimento do Instituto. - Comissão Técnica de Prestadores Privados de Serviços de Saúde - CT/PPSS - Dr. Cláudio José Allgayer, Coordenador da Comissão, expôs em seu relatório que a mesma foi instituída através da Portaria Ministerial no. 1182/91, com o objetivo de promover a capacitação e formação de Recursos Humanos na área da Saúde, especialmente a nível gerencial, melhoria das condições do ambiente de trabalho, elaboração de normas, critérios e parâmetros para o atendimento assistencial, racionalização e custeio de serviços. Sua composição foi determinada pelo plenário do CNS da seguinte forma: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Pastoral da Criança, Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde, Conselho Nacional das Empresas de Medicina de Grupo, Associação Brasileira de Medicina de Grupo, Instituto de Administração Hospitalar e Ciências da Saúde, Associação dos Serviços Próprios das Empresas, Academia Brasileira de Administração Hospitalar, Associação Brasileira de Hospitais, Confederação das Misericórdias do Brasil, Federação Brasileira dos Hospitais, Confederação das UNIMED do Brasil. A Comissão, no seu campo de atuação, promoveu debates, deliberou sobre assuntos e temas encaminhados pelo plenário deste Conselho e outros surgidos de seu processo interno de deliberações. Relatou que os Serviços Privados de Saúde são responsáveis por mais de 70% dos atendimentos hospitalares e cerca de 55% das ações ambulatoriais do SUS. Lamentou ter sido pouco acionada pelo Plenário e pela Coordenação do CNS. Finalmente, apresentou proposições para discussão até o final do exercício: financiamento, reavaliação da Resolução no. 283/91, qualidade assistencial e revisão do Sistema AIH/SUS e SIA/SUS. - Comissão Técnica de Integração Terapêutica - CTIT - Dra. Ana Maria de Araújo, Coordenadora da Comissão, inicialmente destacou o trabalho de implantação das práticas terapêuticas no Sistema Estadual de Saúde de Minas Gerais. Em seguida relatou que a Comissão foi criada em 1993, através da Resolução CNS no. 70, em caráter transitório, posteriormente, transformou-se em Comissão Técnica Permanente de Integração Terapêutica, pela Resolução CNS no. 113, com o propósito de apoiar este Colegiado nos assuntos referentes a sua área de atuação. A Comissão foi constituída por representantes das seguintes instituições: por três Secretarias Estaduais de Saúde e do Distrito Federal, Secretaria de Vigilância Sanitária/MS, Conselho Federal de Medicina, Universidade Federal/CA, Associação Brasileira de Medicina, Associação Nacional dos Terapeutas Naturistas e Faculdade Bezerra de Menezes. A Coordenadora comentou que as práticas de integração terapêutica determinam um sistema avançado de atenção à saúde incorporado a outros sistemas médicos e sua eficácia é reconhecida internacionalmente. Como trabalho, destacou à aprovação do documento Diretrizes Para Uma Política Nacional de Integração Terapêutica. A Coordenadora explicitou o desejo de continuar se

reunindo. - Comissão Intersetorial de Recursos Humanos - CIRH - Mercilda Bartman, apresentou o relatório destacando que a Comissão foi instituída através da Resolução CNS no. 11/91, em conformidade com a Lei no. 8.142/90. Foi composta por órgãos do MS, MED, SENAC, SAF, CONASS, CONASEMS, Sindicato dos Trabalhadores de Saúde de São Paulo, CUT, Representação dos Prestadores de Serviços Privados de Saúde e ABEn. Seu objetivo principal foi a promoção de estudos das questões gerais relativas a Recursos Humanos para subsidiar o CNS na implementação de políticas, diretrizes e programas. Apresentou como produtos principais da Comissão: Organização e Realização da II Conferência Nacional de Recursos Humanos para Saúde e trabalho de pesquisa sobre a situação atual dos RHs em Saúde no Brasil, desenvolvido pelo Professor Sábado Girardi. Como problemas a Comissão destacou: 1o.) existência de profissões sem campo de saber específico, delimitado e regulamentado; 2o.) não-reconhecimento e falta de identidade profissional de algumas profissões de nível superior; 3o.) "precarização" do mercado de trabalho em saúde; 4o.) queda extremada da admissão do pessoal de enfermagem; 5o.) ausência de Contrato Coletivo de Trabalho; 6o.) tramitação de Projeto de Lei no Congresso Nacional sem análise e discussão prévia do pessoal da Saúde. Colocou ainda, que a Comissão pretende trabalhar dentro dos parâmetros contidos no Relatório do Professor Sábado Girardi. A Dra. Mercilda entregou relatório mencionado à Coordenadora do CNS. - Comissão Técnica de Atuação Profissional na área da Saúde - CT/APAS - Dr. Gilberto Chaves. Iniciou relatando que a Comissão foi instituída pela Portaria no. 1.181/91 sendo composta por profissionais da área de saúde cujo objetivo é a avaliação da necessidade social de recursos humanos para saúde, conforme dispõe a Constituição Federal, a Lei no. 8080/90, e a Portaria citada. Ressaltou que este Conselho não deve delegar suas competências para estruturas governamentais, argumentando que isso significaria um retrocesso e quebra do controle social sobre a política do Estado. Colocou que os processos de pedidos de abertura de novos cursos superiores ingressados no CNS, já se encontravam na sua grande maioria com o tempo de tramitação superior a um ano no âmbito do então Conselho Federal de Educação, e na CT/APAS esses processos tiveram sua tramitação no prazo legal. Salientou ainda, que as decisões emanadas da II Conferência Nacional de Recursos Humanos para Saúde, devem ser compatibilizadas com as manifestações da CT/APAS e com as decisões deste Colegiado. Finalmente destacou que, qualquer processo de alteração na composição e objetivos da Comissão, seria fator desestabilizante, não colaborando para o aprimoramento dos seus trabalhos e da eficácia alcançada nas atividades realizadas. A Comissão deseja continuar colaborando nos objetivos institucionais do CNS, analisando processos de cursos superiores na área de saúde, manifestando-se sobre atos do Estado ou qualquer outra matéria encaminhada pelo Plenário. - Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher - CISM - Dra. Ana Lipke, Coordenadora da Comissão, iniciou a exposição do relatório informando os objetivos que são: 1) implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM); 2) acompanhamento dos debates referentes às tecnologias de concepção e contracepção; 3) apresentação do enfoque de gênero nas questões relacionadas à saúde e educação. Comentou sobre os trabalhos realizados, que consistiram em manifestação sobre a "Norma de Planejamento Familiar"; acompanhamento da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento - Cairo/94; análise e implantação do PAISM; Painel sobre Saúde da Mulher, na Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. Apresentou as seguintes propostas de trabalho: 1) Subsidiar e estimular a discussão e atuação do CNS no que se refere à Saúde da Mulher; 2) Desenvolver estudos sobre aspectos éticos dos Direitos Reprodutivos; 3) Informar sobre os projetos de Lei e novas tecnologias de concepção e contracepção; 4) Acompanhar a implantação do PAISM nos estados e municípios, e que seus recursos estejam previstos no orçamento do MS; 5) Acompanhar o desenrolar da Conferência Mundial da Mulher, em Pequim/95; 6) Enfatizar estudos sobre doenças degenerativas, LER (Lesões por Esforços Repetitivos) e outros. Como prioridades, acompanhar as propostas de reforma constitucional no que se refere à saúde

da mulher, propor ao CNS a realização da Conferência Nacional de Saúde da Mulher. Informou sobre as dificuldades enfrentadas pela Comissão, quais foram: distanciamento entre a CISM e o Plenário do CNS e com relação a composição, por ser uma Comissão Intersetorial, seria necessário que seus componentes tivessem a autonomia de representação, no que concerne a decisão e implementação das deliberações. Finalizou com sugestões ao Plenário de que fossem repassadas à Comissão, informes sobre as atividades do CNS e que a composição da CISM passasse a ter representação da OAB e FEBRASGO. A Comissão foi criada pela Res/CNS no. 39/93, e realizou 7 reuniões. - Comissão Intersetorial de Vigilância Sanitária - CIVS - O Dr. Félix Rosemberg, representante da Comissão fez um relato sobre os trabalhos e informou que a CIVS tem lidado com aspectos eminentemente técnicos. No ano de 1994, realizou-se a oficina de trabalho que resultou na criação de um grupo de trabalho, com o objetivo de elaborar uma proposta de reestruturação da Secretaria de Vigilância Sanitária/MS. já foi apresentada ao Ministro, sugerindo-se a criação de uma Autarquia. O objetivo da Comissão não seria limitar-se apenas em discussões sobre medicamentos e sim sobre a Política de Vigilância Sanitária. No que concerne a composição, entendem que além da necessidade da representação do CONASS e CONASEMS, deveria compor também usuários, executores e entidades de classes profissionais. O Dr. Félix considerou a importância da intersetorialidade, pois haveria assuntos, como os genéricos e MERCOSUL, que exigem consenso social. Finalizou sugerindo a mudança de composição da Comissão e informando a pretensão de se reunirem em 30/08/95. - Comissão Técnica de Usuários de Serviços de Saúde - CT/USS - A Coordenadora da Comissão, Vera Baroni, iniciou sua exposição apresentando a recomendação ao Plenário, sobre a revisão da Resolução/CNS no. 36, que trata da composição dos Conselhos de Saúde, considerando o que foi recomendado na IX Conferência Nacional de Saúde. Informou que foi enviado ao Deputado Sérgio Arouca, correspondência solicitando informações sobre a tramitação do PL no. 2681, que dispõe sobre direitos dos usuários dos serviços de saúde. Solicitou ao CNS, que a Comissão tivesse um tratamento diferenciado, pois seus membros não teriam recursos financeiros para se manterem em Brasília, nos dias de reunião. Comentou a falta de fluxo de informações com o Plenário, pois algumas recomendações da CT/USS não tiveram resultado e a Comissão não obteve informação. Solicitou convocação de reunião para continuação de seus trabalhos. A Comissão foi criada através da Res/CNS no. 05/91, de 26.06.91, foram convocadas 12 reuniões, algumas não se efetivaram por falta de quórum; não obteve nenhuma recomendação aprovada em Plenário. - Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador - CIST - O Coordenador José Roberto de Abreu, iniciou o relatório informando que a CIST foi criada pelo Decreto no. 99.438, iniciando suas atividades em 03/06/92 e realizando 17 reuniões no período. Reúne representantes dos vários segmentos sociais envolvidos na Saúde do Trabalhador, como do Governo, dos trabalhadores, dos empregadores, das Universidades e outros profissionais, destacando-se como fórum ideal de discussões na articulação das políticas e programas de interesse para a Saúde do Trabalhador. Das atividades desenvolvidas, citou: 1) Participação na 2ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador; 2) Aprovação de Norma Técnica sobre o Benzeno e sobre LER (Lesões por Esforços Repetitivos), que foram aprovadas pelo CNS e adotadas como normas técnicas pelo INSS; 3) Criação da Comissão Interministerial de Saúde do Trabalhador; 4) Estudo a respeito do Programa de Saúde do Trabalhador e da Assistência Médica aos Acidentados do Trabalho; 5) Manifestação sobre os tópicos do relatório final da IX CNS; 6) Apoio as ações de educação e formação dos Ministérios envolvidos com a Saúde do Trabalhador; 7) Recomendações sobre ações de prevenção e atendimento dos trabalhadores do serviço público, contaminados pelo HIV; 8) Apoio à implantação da Norma Operacional de Saúde do Trabalhador no SUS-NOST. Recomendou ao Plenário a manutenção da Comissão no CNS, à análise da saúde do trabalhador no âmbito dos Ministérios do Trabalho e da Saúde e o estudo do impacto da Lei no. 9.032 de 28/04/95 sobre a Saúde do Trabalhador. - Comissão Intersetorial de Saúde do Índio - CISI - O Coordenador, Dr. Ulisses

Confalonieri, iniciou o relatório falando da criação da CISI em 31/10/91 com a Resolução no. 11 e das reuniões realizadas que foram em número de 18. Comentou sobre a importância estratégica da Comissão em função da escassa representatividade política das sociedades indígenas, maior vulnerabilidade epidemiológica, predomínio nas causas de morbi-mortalidade e necessidade da construção da estratégia de um sistema de saúde. Na composição da CISI participam representantes das Organizações Indígenas, do Governo Federal, dos Profissionais de Saúde, da Entidades da Sociedade Civil e Profissionais de Antropologia. Referiu-se às atividades desenvolvidas pela Comissão como: a) divulgação dos elevado risco epidemiológico nas áreas indígenas; b) organização dos Distritos Sanitários Indígenas que levaram a publicação da Portaria no. 540 pela FNS; c) iniciativa para a realização da II Conferência Nacional de Saúde dos Povos Indígenas; d) integração entre os órgãos Federais responsáveis pela Saúde do Índio e análise do Decreto 1.141 que define as competências do Ministério da Saúde e da FUNAI sobre a Saúde do Índio. Informou a programação da CISI para 1995 conforme estabelecido na II Conferência Nacional de Saúde dos Povos Indígenas, pretendendo que o CNS recomende ao Gabinete do Ministro da Saúde: a) apoio para aprovação do novo Estatuto do Índio e do Projeto de Lei no. 4.681; b) a regulamentação da formação e desenvolvimento do trabalho de Agentes Indígenas de Saúde: c) e apoio à revisão do Decreto 1.141. Após a apresentação do relatório o conselheiro Mozart propôs que o Plenário encaminhasse Moção ao Senhor Ministro da Saúde, sugerindo a revogação do Decreto 1.141, retornando para o MS a condução integral das ações de saúde para as populações indígenas e que a FNS fortaleça as ações e serviço de saúde com essa finalidade. A Moção foi aprovada por unanimidade e o Plenário designou uma Comissão para encaminhar e discutir o assunto com o Senhor Ministro, formada pelos conselheiros: Maria Angélica, Mozart e José Alberto Hermógenes, o Coordenador da CISI e as 4 lideranças indígenas da CISI. - Comissão Intersetorial de Saneamento e Meio Ambiente - CISMA - O Coordenador, Dr. José Leomax dos Santos, iniciou o relatório com a criação da Comissão em 31/10/91 pela Resolução no. 11/91, sendo realizadas 4 reuniões no período. Composta por membros da Associação Brasileira, Entidade de Meio Ambiente, Téc. Saneamento Básico e Meio Ambiente de São Paulo, CNI, Fórum Secretaria Est. San. e Meio Ambiente, Federação Nacional Urbanitários, MBES, CONAM, IBAMA, CEF, Associação Brasileira Eng. Sanit. e Ambiental. Das atividades desenvolvidas, salientou que toda a proposta de trabalho da Comissão, ao longo do ano de 1994, foi voltada para a análise do projeto de lei no. 199, sobre a política nacional de saneamento, que redundou em uma recomendação ao CNS apoiando a aprovação do projeto pelo Congresso. O Plenário aprovou Moção de apoio. Referiu-se aos objetivos da CISMA que dever ser, além da discussão das questões políticas, também questões técnicas e específicas relacionadas com os setores de saneamento e meio ambiente. Que os problemas da saúde decorrentes da falta de uma política de saneamento, ou questões de saneamento e meio ambiente que surgirem no âmbito do CNS, dever o ser canalizadas para uma discussão pela Comissão. Dos problemas levantados pela Comissão salientou o vazio institucional deixado pelo veto do Presidente da República, ao Projeto de Lei no. 199, as razões do veto e a nova proposta do MPO. Recomendou ao Plenário do Conselho a inclusão na Comissão das seguintes instituições: ASSEMAE - Associação dos Serviços Municipais de Saneamento, DNAEE - Ministério de Minas e Energia e a Substituição do ex-MBES pelo MPO, através da Secretaria de Política Urbana e do IBAMA pelo Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal. - Comissão Nacional de Reforma Psiquiátrica - CNRP - Dr. Domingos Sávio do N. Alves fez a leitura do relatório da Comissão, que foi instalada em 1993, e foram realizadas três reuniões durante o período. Ressaltou que, por ser uma Comissão peculiar, sua composição buscou abranger não só áreas técnicas e institucionais, mas segmentos que integraram o processo político da Reforma Psiquiátrica, como familiares, e usuários. Sua composição foi acrescida de outras representações, para atender o critério de paridade e de participação de entidades cuja presença é relevante no debate da Reforma. O relatório

destacou as estratégias para implementação do processo da Reforma Psiquiátrica, a serem abordados em 1995: política de medicamentos na área de saúde mental, instalação de moradias (lares abrigados, pensões protegidas, etc) e desenvolvimento de práticas terapêuticas nos diferentes dispositivos assistências. Os principais resultados da Comissão foram: estudo da Resolução CFM, que garantiu direitos aos portadores de transtornos mentais e ressaltou a importância da Comissão no processo de implantação e posterior acompanhamento do Projeto de Apoio a Desospitalização. Finalizou informando que a Comissão pretende se reunir sempre que houver demanda.

#### SISTEMATIZAÇÃO DE PROBLEMAS REFERENTES AO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES - A Dra. Fabíola apresentou contribuições visando a sistematização dos relatórios, considerando a importância das Comissões trabalharem com problemas reais e atuais, respeitando a demanda da sociedade e que os resultados obtidos sejam integrados ao SUS. O plenário destacou como pontos críticos do funcionamento das Comissões: o aprofundamento das formas de articulação intersetorial; composição competente para responder demandas técnicas e/ou interssetoriais; sintonia na relação entre plenário e Comissões; objeto de trabalho definido com resultados concretos; divulgação e acompanhamento dos trabalhos realizados. Os conselheiros ponderaram que a matéria necessitava de maior reflexão, devendo ser deliberada na reunião ordinária de setembro. E que neste período de transição, a marcação de novas reuniões ficaria vinculada a continuação de trabalhos já iniciados, a critério da CG/CNS.

#### Item 04 - QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS - O Ministro apresentou rapidamente o quadro síntese da proposta orçamentária 96 elaborada pela área Técnica no montante de 24 bilhões e 160 milhões de reais, solicitando ao Conselho que se pronunciasse sobre a mesma. O Dr. Sebastião Alves Grilo informou que a parte relativa a outros custeios e capital dever ser encaminhado à Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF/SEPLAN até o dia quatorze de julho e que o pleito da área Técnica é de 16 bilhões enquanto o limite estabelecido pela SOF e de 9 bilhões. O Plenário decidiu que só deliberaria sobre a proposta orçamentária em Reunião Extraordinária convocada para este fim decidindo pela sua realização em primeiro de agosto, na véspera da Reunião Ordinária marcada para os dias dois e três de agosto de um mil novecentos e noventa e cinco na FIOCRUZ. Foi indicada a Comissão formada pelos conselheiros José Alberto, Ferreira, Maria Angélica, Gastão e Margareth e pelo representante do CNS junto ao CNSS, Professor Elias Jorge, para analisar a Proposta Orçamentária elaborada pela área Técnica. Ficou marcada a reunião da Comissão para o dia onze de julho às dez horas no CNS.

#### Item 05 - APRESENTAÇÃO FINAL DO PLANO DE AÇÕES DO MS - Apresentado pelo Dr. Ivaro Antonio Melo Machado, Coordenador de Planejamento do MS, informou sobre algumas modificações acrescentadas ao Plano de Ações do MS, ressaltando que o eixo principal permaneceria. Comentou que foram poucas as contribuições recebidas, destacando entre elas a do conselheiro Dellape. Dr. José Carlos Seixas, Secretário Executivo do MS, teceu comentários sobre as propostas dos Conselheiros e com relação aos Programas explicou que ainda não existia um consenso para uma real definição dos mesmos. O conselheiro José Wanderley, representante do CONASS, comentou a falta de uma política de Recursos Humanos para a Saúde, o que vem tornando cada vez mais séria essa situação nos Estados, dado as precárias condições de trabalho. A conselheira Margareth questionou sobre o novo documento apresentado pela equipe do Planejamento e estranhou mais uma vez não está contemplado a Saúde da Mulher, Adolescente e da Criança. O conselheiro Hermógenes teceu comentários a respeito de três pontos do relatório: mudança do atual modelo assistencial e dentro desta a inserção dos Agentes Comunitários de Saúde, e o Programa Médico de Família que não foi contemplado devidamente no plano e a situação da Saúde do Trabalhador, que foi tratada no relatório de forma muito sutil, em apenas duas linhas.

#### Item 06 - VOTAÇÃO DO PLANO DE APOIO DESOSPITALIZAÇÃO - PAD - O conselheiro Ferreira subsidiado pelo parecer jurídico elaborado por sua Entidade, alertou para as implicações jurídicas da figura da curatela e para o vínculo criado entre o cuidador e o governo, propostas pelo plano. Esclareceu ser favorável à política do plano e contrário à forma proposta para implantá-lo. Sugeriu que o

mesmo fosse submetido à Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde. Os conselheiros levantaram pontos polêmicos do plano que foram esclarecidos satisfatoriamente pelo Dr. Domingos Sávio - Coordenador de Saúde Mental-MS e em seguida passou-se a votação, com duas propostas distintas: 1) O conselheiro Dellape recomendou a nomeação de uma comissão de advogados com o objetivo de avaliar os aspectos jurídicos do plano. A proposta foi votada e recusada pelo plenário, obtendo um voto favorável. 2) O conselheiro Mozart sugeriu a elaboração de resolução, aprovando a política do plano, e contemplando os seguintes aspectos levantados pelo plenário: 1) que os instrumentos de implementação do PAD, fossem submetidos à Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde, antes da assinatura do Senhor Ministro da Saúde, mantendo o Conselho Nacional de Saúde informado sobre a sua tramitação; 2) que a implementação da política fosse gradual e em consonância com o plano de implantação do PAD, proposto pela Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde devendo ser aprovado sistematicamente pelo plenário do CNS. A resolução foi aprovada, com um voto contrário.

Item 07 - RELATÁRIO DA OFICINA DE TRABALHO SOBRE FINANCIAMENTO DO SUS - O representante do CONASS conselheiro José Wanderley Neto fez uma apresentação ao Relatório Final da Oficina, já distribuído aos conselheiros em suas pastas, destacando a envergadura das entidades promotoras e a amplitude dos convidados, tendo colocado em linhas gerais as principais resoluções e recomendações do Relatório Final. Solicitou então que o Professor Elias Jorge complementasse as informações mais especificamente sobre as alternativas emergencial e estrutural para o financiamento do SUS. O Professor Elias Jorge apresentou o relatório semestral de acompanhamento orçamentário, distribuído aos conselheiros, objeto do Item 04 da pauta - Questões Orçamentárias, cuja conclusão apontava para a necessidade de reforçar no Congresso Nacional, as duas principais propostas da Oficina de Trabalho. Como alternativa emergencial a criação de contribuição social (de 0,25%) sobre a movimentação financeira, configurada na emenda do Senador Antonio Carlos Valadares, e como solução e estrutura a vinculação ao SUS da receita de Contribuições para a Seguridade Social (30%) e 10% da Receita de Impostos da União, Distrito Federal, Estados e Municípios, configurada na Emenda dos Deputados Waldir Pires, Eduardo Jorge e outros. As Resoluções no. 67, 148 e 150 do CNS já tratavam especificamente do tema de modo muito semelhante às deliberações da oficina sobre financiamento do SUS e às Emendas Constitucionais citadas. No relatório semestral de acompanhamento orçamentário o Professor Elias Jorge analisou, com base no SIVIRE, o comportamento exuberante, das Receitas da União do 1o. semestre e as expectativas para o 2o. semestre de 1995. Analisou também a execução financeira do MS com referência no fluxo de caixa do dia 30 de junho de 1995 e do dia 03 de julho de 1995. Avaliou as perspectivas de solução para a crise de financiamento do SUS/MS e solicitou autorização do Plenário para encaminhar formalmente em nome do CNS ao relator da Comissão Especial de Financiamento da Saúde ao Congresso Nacional, Deputado Perondi as resoluções e os estudos realizados no âmbito do CNS sobre o tema. O Plenário aprovou a autorização para os contatos com o Relator e deliberou por adiar a realização do Seminário sobre Financiamento, e adiar o convite aos Ministros da Fazenda e do Planejamento para outra oportunidade. O Professor Elias Jorge, como Coordenador, propôs e foi aceito que a avaliação da Comissão de Acompanhamento do Processo Orçamentário e sua reestruturação fosse feita após o mini-curso sobre orçamento, que ele ministrará aos Conselheiros.

Item 09 - APRECIAÇÃO DAS SOLICITAÇÕES DE ABERTURA DE NOVOS CURSOS NA ÁREA DA SAÚDE - A Dra. Fabíola apresentou o parecer da CT/APAS/CNS, referente ao Curso de Psicologia, da Associação de Ensino de Campo Grande/RJ, Universidade Bandeirante/Sp e Universidade Federal de São Carlos/SP, que baseou-se na Res/CNS no. 106/94, posicionando-se contrário à abertura de Cursos de Psicologia no Estado de São Paulo e Rio de Janeiro. O parecer foi aprovado pelo Plenário, os cursos foram indeferidos. O conselheiro José Carlos fez a leitura do parecer da Comissão composta por ele, conselheira Luciana Parisi e Dra. Regina Carvalho, representante do CFM, para analisar a necessidade social do curso de Medicina da

Universidade Luterana do Brasil - ULBRA; o parecer foi de que não existe caracterização de necessidade social para o curso, no Estado do Rio Grande do Sul. O parecer foi aprovado por unanimidade, o curso foi indeferido. Item 10 - APRECIÇÃO DAS SOLICITAÇÕES DE CREDENCIAMENTO DE CENTROS DE PESQUISA - Dra. Fabíola apresentou os pareceres da CICT/CNS, acerca da solicitação do Núcleo de Doenças Infecciosas da UFES, para realização de pesquisa relacionada a um Projeto sobre Tuberculose e outro sobre Leishmaniose e Malária. O parecer da Comissão foi favorável ao credenciamento da instituição para execução do Projeto "Pilot Study of the Utility of Nem Surrogate Microbial Markers to Assess 'in vivo' Antimicrobial Activity in HIV - non - infected Adults With Pulmonary Tuberculosis Standard Drug Therapy" e Contrário ao Projeto "Surveillance and Detection of Drug Resistant Malária and Leishmania in Brazil!". Submetido ao Plenário, foi APROVADO. Sobre a Universidade Católica - RS/Hospital São Lucas (Processo no. 25000.006896/90-73) e Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (Processo no. 25000.012953/90-90), os pareceres da CICT recomendavam o cancelamento dos mesmos, sugerindo que as instituições formassem novas solicitações com base nos parâmetros deste Conselho. Submetidos ao Plenário, os pareceres foram aprovados. Item 11 - INFORMES - 03 - Projeto de Lei no. 1064/91, de iniciativa do Deputado Roberto Jefferson, que "Regulamenta parte do parágrafo 4o. do artigo 199, da Constituição Federal, relativa à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue". Dra. Lúcia Maria Figueiredo, Coordenadora Técnico Normativo do CNS, informou ao Plenário que a convite do Deputado Sérgio Arouca e da Deputada Lúcia Souto, o Conselho Nacional de Saúde participou de audiência pública realizada na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de debater o substitutivo ao Projeto de Lei no. 1064, de 1991, que regulamenta o dispositivo constitucional proibindo a comercialização de sangue, componentes e derivados. Presentes ao evento o Coordenador do Programa de Sangue/MS, o Dr. Dalton Chamoni, a representante do Hemocentro-RJ, do HEMOPE, da Secretaria Estadual de Saúde/RJ, INCQS, Reitor da Universidade de Manaus e do Movimento em Defesa pela Vida e outros. Esse Projeto de Lei, originou-se por iniciativa do Deputado Roberto Jefferson, propõe a regulamentação da parte final do parágrafo 4o. do artigo 199 da Constituição Federal. Discutidas várias questões relacionadas com a Política Nacional do Sangue e Hemoderivados. A representante da Secretaria Estadual de Saúde/RJ, fez um relato de 256 casos, em 1994, de AIDS transfusional, e de 17 municípios do Rio de Janeiro que ainda fazem transfusão de doadores braço a braço, sem sorologia. A representante do HEMOPE comentou sobre a existência de 20.000.000 frascos de plasma que não podem ser fracionados pois precisariam ser analisados previamente. Em seguida foi sugerida a composição de uma Comissão para acompanhar a tramitação do referido projeto, composta pelos conselheiros Neuza Catassini, Maria Cecília Chiocca, Dr. Olímpio e Willian Saad que indicou o professor de Hematologia, Dr. Paulo de Abreu Machado, da Faculdade de Medicina de Botucatu - SP. A Dra. Fabíola comentou que a Coordenação do CNS encaminharia ofício ao Dr. Carlini, com o propósito de informá-lo a respeito da questão enfocada. A conselheira Cecília Minayo propôs a criação de uma Comissão Técnica com tempo e encomenda definidos, para acompanhar junto com MS, uma forma de ajuste no programa da FNS, de forma a transformá-lo em Programa de Erradicação do Dengue, até o final do Governo, com um forte componente internacional e tendo como estratégia principal a mobilização popular para eliminar os focos peri-domiciliares do mosquito transmissor. Destacou que o Plano da FNS tem uma boa qualidade técnica, mas seu eixo principal de atuação necessita de uma maior mobilização das comunidades. A Comissão seria composta por técnicos da FNS, da Comunicação Social, da CONAM e da Medicina Tropical. A Coordenação do CNS, enviar aos Conselheiros, ofício solicitando manifestação a cerca da ata da 46ª para posterior aprovação. Organização da pauta da 47ª Reunião Ordinária: 1- Programa da SAS; 2- MERCOSUL; 3- X Conferência Nacional de Saúde; 4- Apresentação da CICT - Credenciamento de Centros de Pesquisa; 5- Discussões sobre a Resolução no. 283/91; 6- Recursos Internacionais; 7- Aprovação do



Orçamento para Saúde; 8- Apresentação de casos de Pneumoconiose; 9- Estágio obrigatório para os profissionais médicos recém-formados; 10- A questão da violência no campo da saúde e suas implicações para o SUS. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Neuza Catassini, Roberval Junqueira Franco, Francisco Ubiratan Dellape, Carlos Albuquerque, Ruy Gallart de Menezes, Omilton Visconde, Carlos Eduardo Ferreira, Regina Barata Pinheiro, Antonio Mendez Pereira, Leocir Pessini, Gilberto Chaves, Mozart de Abreu e Lima, Maria Cecília Chiocca, Margareth Martha Arilha, José Wanderley Neto, Luciana S. Parisi, José Alberto Hermógenes de Souza, Waldir Paiva Mesquita, Oraidia Maria de A. G. dos Santos, Oswaldo Lourenço, Gastão Antônio Cosate Tavares, William Saad Hossne, Artur Custódio M. de Souza, Baldur O. Schubert, Sérgio Piola, Maria Cecília Minayo, Maria da Conceição Dias, Edson Keiji, José Carlos Ramos de Oliveira, Maria Angélica Gomes.